



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA II ETAPA

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**  
2 **II ETAPA.** Ao 14º (decimo quarto) dia do mês de novembro de 2024, às 10h,  
3 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de  
4 Cultura - CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo  
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada  
6 via **WhatsApp** no dia 13 de novembro de 2024. Declarou aberta a 3ª Reunião  
7 da Delegação de Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura -  
8 CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de  
9 2021. Em face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS**  
10 **CUMARÚ NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS DE MATOS BONATES**,  
11 assumiu a condução da reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA**  
12 **CRUZ** que cumprimentou os conselheiros, conselheiras, delegados e delegadas  
13 presentes, explicou o motivo de estar usando um chapéu. Ele informou que havia  
14 sofrido um pequeno acidente, resultando em um corte na cabeça, e que, por  
15 precaução, decidiu proteger o local. Apesar de algumas pessoas ainda estarem  
16 chegando, ressaltou a necessidade de iniciar os trabalhos para cumprir a  
17 agenda. Ele explicou que começaria com a leitura do material e a introdução à  
18 dinâmica da reunião, especialmente para aqueles que participavam pela primeira  
19 vez e ainda não estavam familiarizados com os procedimentos. Ele mencionou  
20 que havia elaborado uma matriz em forma de planilha para organizar as  
21 propostas. Essa matriz, segundo ele, estava disponível para consulta por  
22 aqueles presentes fisicamente e havia sido compartilhada no grupo, permitindo  
23 acesso remoto. Destacou que o foco inicial seria a definição das ações com base  
24 nas discussões realizadas durante a reunião. Em um segundo momento, seriam  
25 estabelecidas as metas, estratégias e diretrizes. Ele justificou essa divisão como  
26 uma forma mais eficiente de conduzir os trabalhos. Para as intervenções, foi  
27 estipulado um tempo limite de 2 (dois) minutos por participante, e ele pediu que  
28 quem quisesse se manifestar levantasse a mão, garantindo assim a ordem e a  
29 oportunidade para todos. **Marcelo Dias** iniciou sua participação na reunião  
30 cumprimentando todos os presentes com um "bom dia". Ele mencionou que,  
31 assim como Dr. Sérgio Cruz, também havia sofrido um acidente doméstico.  
32 Marcelo relatou que o acidente resultou em uma marca evidente no braço,  
33 destacando a rigidez da lesão. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou destacando que a  
34 discussão seria iniciada pelo **Eixo 2**, que compreende a democratização do  
35 acesso à cultura e a participação social. 2.1. O Governo Estadual deve ter como  
36 ação prioritária a ampliação do controle social na gestão cultural no Amazonas,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

37 por meio da estruturação dos conselhos e comitês culturais em todos os  
38 municípios, com foco na capacitação de seus membros para uma gestão eficaz  
39 e transversal, promovendo a descentralização e democratização da cultura,  
40 incentivando a participação ativa de todos os municípios em eventos culturais  
41 estaduais e nacionais, desenvolvendo e implementando políticas públicas  
42 robustas, visando a criação de programas culturais sustentáveis e acessíveis  
43 que reflitam e respeitem a diversidade cultural do estado. Mencionou que, ao  
44 analisar a proposta apresentada no Eixo 2, ele identificou e sintetizou cinco  
45 pontos principais. Esses pontos foram cuidadosamente avaliados para orientar  
46 a discussão e destacar os aspectos centrais da proposta em questão. A partir  
47 dessa análise, ele buscou resumir os objetivos e o foco principal das ações  
48 sugeridas, com o intuito de facilitar a compreensão e o debate entre os  
49 participantes do Conselho Estadual de Cultura. **Objetivo** identificado: Criação de  
50 Conselhos e Comitês culturais, além de incentivar a participação dos municípios  
51 em eventos culturais do estado e da União. **Ponto Focal:** Controle social nos  
52 municípios. Definiu controle social de maneira simplificada como a participação  
53 ativa da sociedade nos processos de administração pública, seja direta ou  
54 indiretamente. Essa interação, segundo ele, é crucial para garantir que as  
55 políticas públicas reflitam as necessidades reais da população. Ainda questionou  
56 qual seria a base principal da proposta no âmbito deste eixo, indicando que o  
57 controle social e a participação democrática devem ser os pilares de sua  
58 execução. **Os Entes envolvidos:** com base em sua análise, os entes envolvidos  
59 na execução e viabilidade das propostas em discussão. Sob sua ótica, os  
60 principais atores institucionais identificados foram: 1. **Secretaria de Cultura** –  
61 responsável pela implementação e gestão das políticas culturais. 2.  
62 **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** – essencial para a conformidade jurídica,  
63 especialmente no que diz respeito às normas e regulamentos que sustentam as  
64 iniciativas. 3. **Secretaria de Fazenda (Sefaz)** – indispensável para viabilizar os  
65 recursos financeiros necessários e assegurar a sustentabilidade das ações. Ele  
66 destacou que a Secretaria de Cultura é o ponto principal por estar diretamente  
67 ligada às atividades culturais, enquanto a PGE garante a legalidade das medidas  
68 e a Sefaz cuida dos aspectos orçamentários e financeiros. Levantou a  
69 necessidade de observar atentamente determinados **pontos de observação**,  
70 que seriam elementos críticos a serem avaliados durante a execução das ações,  
71 mas não entrou em detalhes sobre quais seriam esses pontos, deixando em  
72 aberto para discussão. **Marcelo Dias** destacou que houve um amadurecimento  
73 significativo no processo de controle social, especialmente com a criação da  
74 Comissão de Intergestores de Cultura (CIC), que representa um marco histórico  
75 recente. Ele mencionou que o próximo passo seria a criação da Comissão  
76 Bipartite (CIB), um processo contínuo de aprendizado. Segundo ele, é



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

77 impossível impor controle social diretamente nos municípios, mas com o apoio  
78 da União, e com o uso de instrumentos como a SIC, SIB e SITE, é possível  
79 implementar o controle social de forma eficaz, por meio de uma comissão  
80 tripartite. Enfatizou que a principal meta neste momento é a formalização da CIB.  
81 A instituição já está avançada, restando apenas a assinatura para que o  
82 processo seja oficialmente concluído. Ele mencionou que há alguns detalhes  
83 pendentes, como a elaboração de um termo a ser enviado de Brasília, o qual  
84 será revisado e recebido pelos membros envolvidos, incluindo a Procuradoria  
85 Geral do Estado, a Secretaria de Cultura, e outros órgãos relevantes como o  
86 IPHAN, SEFAZ e o CONEC. Com a assinatura da CIB, o próximo passo será  
87 aguardar a implementação da comissão tripartite, que envolverá todos os entes  
88 envolvidos no processo de controle. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou o debate sobre os  
89 pontos de observação, esclarecendo que se trata dos desafios que precisam ser  
90 analisados e superados. Ele explicou que esses pontos podem ser identificados  
91 como bloqueios ou áreas que exigem uma análise mais detalhada para uma  
92 melhor estruturação das ações. Ele sugeriu que, a partir da análise e  
93 interpretação, essas observações poderiam ser transformadas em ações  
94 concretas. O primeiro ponto de observação tratado foi a divergência entre a  
95 criação de conselhos e comitês. Ele enfatizou a importância da capacitação dos  
96 membros e a participação em eventos estaduais. Mencionou que, na  
97 estruturação do texto base, seria recomendável separar os conselhos e comitês  
98 de acordo com seus respectivos contextos e ações. Ele também abordou a  
99 questão dos comitês culturais, que, de acordo com a legislação federal, são mais  
100 amplos e não têm uma participação direta no plano estadual de cultura. Embora  
101 o Estado não possa criar comitês culturais de forma direta, ele pode apoiar e  
102 firmar convênios com comitês federais para realizar ações no nível municipal,  
103 como a realização de eventos de divulgação e capacitação. Outro ponto  
104 discutido foi a **criação e estruturação de conselhos municipais**, que devem  
105 respeitar as limitações das esferas governamentais, com a criação dos  
106 conselhos sendo de competência dos municípios, mas com o apoio técnico do  
107 Estado. Quanto à criação de comitês municipais, ele esclareceu que a legislação  
108 federal, por meio da Portaria MinC nº 64 de 2023, regulamenta a criação de  
109 comitês culturais apenas em nível federal, com o Estado podendo firmar  
110 convênios para apoiar os comitês federais na execução de atividades nos  
111 municípios. **Em relação à criação de comitês estaduais**, que ainda não  
112 existem, ele mencionou que, caso fosse o objetivo, isso poderia levar a uma  
113 sobreposição de funções com os comitês federais. Ele sugeriu que, para evitar  
114 isso, a melhor solução seria a assinatura de convênios, aproveitando o apoio  
115 logístico oferecido pelos escritórios do Ministério da Cultura (MinC). Por fim, ele  
116 ressaltou que a criação de comitês estaduais implicaria em custos financeiros e



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

117 na necessidade de estruturação, e que essa tarefa poderia ser realizada ao longo  
118 dos 10 anos do Plano Estadual de Cultura, dando tempo para sua  
119 implementação gradual. **A conselheira Lucimar Marques** iniciou sua fala  
120 saudando os conselheiros e delegados presentes, destacando um ponto  
121 relacionado aos comitês. Ela mencionou que, no estado, o comitê já existiu, mas  
122 atualmente está extinto. Ela concordou com a ideia de que, mesmo sem  
123 autonomia, o comitê pode orientar e acompanhar o trabalho dos conselhos,  
124 sempre de forma colaborativa. Também fez uma reflexão sobre a criação de  
125 conselhos municipais, ressaltando a importância de obter dados, mas  
126 enfatizando que, como representantes estaduais, o Conselho não pode interferir  
127 diretamente nas esferas municipais. Ela destacou a novidade dessa estrutura  
128 para a região Norte, especialmente nos municípios do Amazonas, que, segundo  
129 ela, carecem de apoio técnico. Essa assistência é crucial, principalmente para a  
130 implementação de estruturas como o Conselho e o Plano Estadual de Cultura,  
131 já que os municípios, em sua maioria, não possuem experiência prévia com  
132 esses processos. **A conselheira Lydia Lucia** iniciou sua fala com um tom  
133 descontraído, brincando sobre a presença de Lucimar, e em seguida reforçou as  
134 palavras de Lucimar sobre o comitê estadual, destacando que ele já existe e  
135 nasceu com a política Cultura Viva. Ela mencionou que o comitê está mais  
136 atuante atualmente, mas reconheceu um possível conflito de ações, dado que o  
137 comitê, assim como o conselho, representa a sociedade civil. Lydia sugeriu a  
138 necessidade de alinhar as ações para evitar conflitos e mal-entendidos. Ela  
139 também fez um alerta sobre a importância de ter cuidado ao propor ações para  
140 fortalecer a base, lembrando que a sociedade civil sempre foi a base do trabalho  
141 e que é crucial ouvir atentamente suas demandas. Lydia falou sobre a busca  
142 ativa no estado e destacou o "silenciamento da base", apontando o  
143 analfabetismo digital como um desafio que precisa ser tratado com delicadeza.  
144 Ela relatou experiências em alguns municípios onde foi necessário começar do  
145 zero para qualificar os fazedores de cultura. Além disso, Lydia sugeriu que o foco  
146 deveria estar em trabalhar a base primeiro, antes de avançar para questões mais  
147 complexas, pois já há muitas pessoas envolvidas em comitês e conselhos. Ela  
148 concluiu sua fala pedindo para que fosse dada mais atenção ao que realmente  
149 está sendo feito para apoiar a base cultural. **Marcelo Dias** iniciou sua fala  
150 pontuando que estava ali na condição de delegado eleito pelo poder público e  
151 não representando oficialmente o escritório do Ministério da Cultura (MinC),  
152 mesmo sendo membro do referido órgão. Ele esclareceu que, para falar  
153 oficialmente pelo escritório, seria necessário um documento formal que  
154 respaldasse sua posição. Durante sua fala, houve dois conselheiros nacionais  
155 presentes e destacados questões relacionadas ao programa Paulo Gustavo,  
156 como o compromisso firmado pelos municípios ao discutirem um termo que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

157 incluía a criação do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Frisou que, embora o  
158 governo não pudesse obrigar os entes a cumprir determinadas medidas, o termo  
159 de compromisso firmado tornava certas ações exigíveis. Ele lembrou que o prazo  
160 para alguns desses critérios foi prorrogado em decorrência da regulamentação  
161 e agora está em curso, com a nova data prevista para 11 de junho do próximo  
162 ano. Ele ressaltou a importância de uma comunicação eficaz entre os  
163 conselheiros nacionais, estaduais e municipais, criando uma força-tarefa para  
164 notificar todos os municípios sobre a obrigatoriedade de implementação de  
165 medidas relacionadas ao CPF ou à gestão autônoma da cultura. Sobre a  
166 estrutura administrativa, Marcelo foi enfático ao afirmar que, apesar de não ser  
167 possível obrigar os entes a transformar coordenações ou subpastas em  
168 secretarias, a futura constituição de fundos municipais de cultura trará a  
169 necessidade de transferências de recursos "de fundo para fundo". Segundo ele,  
170 a ausência de uma secretaria autônoma é um fator prejudicial que pode levar a  
171 conflitos na gestão, como misturas de contas bancárias e problemas com  
172 compromissos e levantamentos financeiros. Concluiu dizendo que, embora nada  
173 impeça a criação de comitês municipais e estaduais, é responsabilidade do  
174 comitê federal garantir que a sociedade civil esteja presente e fiscalize os  
175 processos. Ele encerrou agradecendo e reforçando a importância de tais  
176 esforços para o fortalecimento da cultura nos municípios. **A conselheira**  
177 **Jordania Galdino** iniciou dizendo que gostaria de falar sobre a questão  
178 mencionada pelo conselheiro Elson Rocha. Ela destacou que Elton e Marcelo  
179 poderiam complementar e, em seguida, cumprimentou os presentes: "Bom dia,  
180 Marcelo, bom dia a todos". Trouxe informações relacionadas às ações de busca  
181 ativa realizadas no interior, mencionando que Ligia, que também estava online,  
182 poderia colaborar com o tema. Ressaltou que sua equipe, sendo a primeira,  
183 esteve presente em dois municípios. Ela considerou a colocação pertinente, mas  
184 comentou que alguns gestores municipais, de fato, demonstram resistência em  
185 realizar determinadas ações. Como exemplo, mencionou a situação em  
186 Manacapuru, onde o prefeito está de saída. Ela observou que há dificuldades  
187 em meio às transições de gestão municipal, o que exige atenção do plenário.  
188 Citando sua experiência em Manacapuru, a conselheira mencionou que,  
189 inicialmente, houve uma reunião com a prefeita, que foi receptiva e acessível,  
190 demonstrando apoio à conclusão do CPF da Cultura. Contudo, com a entrada  
191 do prefeito atual, houve discordâncias e embates, agravados pelo fato de que  
192 alguns gestores desconhecem ou não leem as leis, o que prejudica o avanço dos  
193 trabalhos. Sugeriu que fosse oferecida uma formação aos novos gestores que  
194 estão assumindo os cargos, considerando que a conclusão do CPF da Cultura  
195 seria inviável até dezembro. Ela destacou que a prorrogação do prazo para o  
196 próximo ano será fundamental para alcançar as metas e monitorar o andamento



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

197 das ações nos municípios, propondo a retomada das visitas para acompanhar o  
198 cumprimento do CPF da Cultura. Por fim, reforçou a importância das buscas  
199 ativas e convidou os conselheiros do interior a colaborarem nesse processo.  
200 **Marcelo Dias**, em sua fala, dirigiu-se ao Dr. Sérgio antes que ele prosseguisse,  
201 para responder à citação feita pela conselheira Jordania. Esclareceu que cabe  
202 ao Conselho realizar a notificação mencionada, ressaltando que essa não é uma  
203 atribuição do escritório, pois sua atuação é focada em pactuações. Ele destacou  
204 que a responsabilidade de notificar recai sobre a conselheira nacional, em  
205 articulação com os conselheiros estaduais, sendo necessário um acordo entre  
206 ambas as partes para decidir quem tomará a frente desse papel. Marcelo  
207 reforçou que, uma vez definida essa responsabilidade, a notificação deve ser  
208 feita para informar sobre a obrigatoriedade do CPF da Cultura, como no caso de  
209 Manacapuru. Mencionou que a prefeita eleita, Valcileia Maciel, já confirmou que  
210 irá instituir a Secretaria de Cultura no município, o que é um passo positivo. No  
211 entanto, ele reforçou a importância de formalizar a notificação e encaminhar o  
212 assunto, destacando que, muitas vezes, a falta de cumprimento ocorre porque  
213 não há documentos ou solicitações claras enviadas aos gestores. Finalizou  
214 enfatizando que, sem essas informações, é difícil avançar nas demandas. **O**  
215 **conselheiro Elson Rocha** iniciou sua fala cumprimentando os presentes e  
216 chamando atenção para um ponto importante: a posição entre os conselhos de  
217 cultura. Ele destacou que existe uma interpretação equivocada ao considerar  
218 que o Conselho Nacional de Cultura seria superior ao Estadual ou que o Estadual  
219 teria maior poder sobre os Conselhos Municipais. Para Elson, essas instâncias  
220 têm administrações próprias e responsabilidades específicas. Ele explicou que  
221 os conselheiros nacionais e estaduais não possuem poder para intervir  
222 diretamente nos municípios, limitando-se ao papel de orientação. A cobrança ou  
223 fiscalização mais efetiva deve partir do Ministério da Cultura (MinC) ou de seus  
224 escritórios regionais, que representam o órgão federal nos estados. Afirmou que  
225 não cabe ao conselheiro estadual executar cobranças, mas sim dialogar com a  
226 sociedade para que esta pressione as prefeituras por meio dos AINDA em sua fala,  
227 reforçou que, embora os conselheiros possam atuar como articuladores,  
228 dialogando diretamente com prefeitos ou buscando o apoio do Ministério Público,  
229 o poder de cobrança formal e intervenção cabe ao MinC. Ele destacou que os  
230 escritórios locais do Ministério são os braços e olhos do órgão federal, sendo  
231 responsáveis por garantir que medidas e exigências sejam cumpridas. Também  
232 ponderou sobre a autonomia dos conselhos estaduais. Ele afirmou que, apesar  
233 de poderem orientar e iniciar as administrações municipais, os conselhos não  
234 possuem a prerrogativa de gestão direta ou de interferência na administração  
235 local. Qualquer ação mais contundente deve partir do Ministério da Cultura.  
236 Concluiu dizendo que os escritórios do MinC no estado do Amazonas, por



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

237 exemplo, são os representantes mais capacitados para cobrar medidas dos  
238 municípios. Ele reconheceu a importância do diálogo com prefeitos e da pressão  
239 de forma estratégica, mas enfatizou que a cobrança formal deve partir do  
240 Ministério. “Vocês são os maiores representantes do MinC aqui no estado”,  
241 disse, referindo-se aos cargos regionais como fundamentais para essa atuação  
242 direta. **A conselheira Lydia Lucia** começou sua fala esclarecendo a situação  
243 de Manacapuru no contexto da gestão cultural. Ela informou que o prefeito atual,  
244 que está deixando a carga, pertence ao mesmo partido da prefeita eleita.  
245 Atualmente, a Secretaria de Cultura está vinculada à Secretaria de Educação,  
246 uma configuração que o prefeito em exercício pretende recomendar que seja  
247 mantida. Ele argumenta que o município não tem orçamento suficiente para criar  
248 e sustentar uma Secretaria de Cultura autônoma. Relatou que perguntou o  
249 prefeito se ele estava ciente da **Lei Cultura Viva**, além disso, o prefeito destacou  
250 que orientará pessoalmente a nova prefeita a seguir sua linha de pensamento e  
251 a manter a configuração atual, na qual as secretarias de Cultura e Educação  
252 estão unificadas. Lydia finalizou informando que essa foi a última atualização  
253 recebida sobre a posição de gestão em Manacapuru. **Dr. Sérgio Cruz** fez um  
254 ponto sobre a declaração de Marcelo Dias, destacando que ele está atuando  
255 como delegado eleito pelo poder público, e não como representante do escritório  
256 do MinC, o que foi confirmado por Marcelo. Além disso, Dr. Sérgio apontou que  
257 a atuação dele não é para fazer cobranças diretas, mas para sugerir e alertar os  
258 municípios sobre a necessidade de cumprir as diretrizes estabelecidas. A  
259 conversa então se desviou um pouco do foco principal, com um esclarecimento  
260 sobre a norma do CPF da Cultura, onde o Conselho Estadual de Cultura explicou  
261 que não é necessário que os municípios tenham uma Secretaria de Cultura  
262 específica. A norma permite que a estrutura cultural seja organizada de maneira  
263 flexível, podendo ser uma fundação, um instituto ou outra forma de organização  
264 que o município julgar adequada, desde que não sobrecarregue o orçamento  
265 municipal. Foi mencionada a situação de Manaus, onde o formato atual é  
266 questionado, e o conselho sugeriu que a cidade deveria ter uma Secretaria de  
267 Cultura, visto que o modelo atual pode não estar atendendo adequadamente às  
268 necessidades do município. Foi explicado que, para municípios com até 200.000  
269 habitantes, é permitido ter um órgão ligado à cultura, sem a necessidade de uma  
270 Secretaria de Cultura formal. **Marcelo Dias** fez uma importante contribuição,  
271 reforçando que, de fato, não existe uma legislação que obrigue os prefeitos a  
272 criar uma Secretaria ou fundação específica para a cultura. No entanto, ele  
273 destacou que, ao instituírem o fundo de cultura, é essencial que haja uma gestão  
274 competente, pois, a gestão dos recursos é fundamental para evitar problemas  
275 futuros, como a transferência de verbas para outras áreas, o que pode  
276 comprometer a prestação de contas. Ele sublinhou que, ao fazer a gestão do



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

277 fundo de cultura, é crucial que o município tenha a estrutura necessária para  
278 garantir a transparência e o bom uso dos recursos. Também elogiou a  
279 abordagem de Lucimar, mencionando a importância do diálogo com prefeitas e  
280 prefeitos, como o de Manacapuru, para garantir que os novos gestores  
281 compreendam a importância de cumprir as normas e manter a boa gestão dos  
282 fundos culturais. Além disso, ressaltou que é fundamental que os novos gestores  
283 compreendam a relevância dessa gestão e a necessidade de uma abordagem  
284 mais séria e eficiente. Ele concluiu sua fala destacando que, em sua opinião  
285 pessoal, como delegado eleito, a educação e a conscientização dos novos  
286 gestores são passos importantes para o sucesso da implementação de políticas  
287 culturais nos municípios. **Dr. Sérgio Cruz** continuou sua explanação,  
288 agradecendo a intervenção de Marcelo Dias e lembrando pontos importantes  
289 da reunião. Ele discutiu a divisão das ações em três etapas principais, como a  
290 capacitação, a participação em eventos e a organização das comissões. Em  
291 relação à capacitação, ele sugeriu alinhar as propostas, já que a proposta 1.2 do  
292 eixo um já aborda capacitação tanto para artistas quanto para gestores e  
293 conselheiros. A dúvida que ficou foi se essas ações de capacitação devem ser  
294 mantidas no eixo 1.2 ou se devem ser destacadas em outra proposta, como a  
295 2.1. Na parte da participação em eventos, ele sugeriu que o foco da análise fosse  
296 direcionado para a participação dos municípios nos eventos estaduais e vice-  
297 versa, sem se concentrar tanto em cursos de capacitação. Ele também levantou  
298 a questão de como o apoio à participação de eventos poderia impactar o  
299 orçamento dos municípios e se o estado poderia oferecer incentivos financeiros,  
300 como convênios ou editais, para apoiar os artistas dos municípios na  
301 participação de eventos na capital. Para isso, ele propôs que fosse feita uma  
302 consulta à Sefaz para avaliar as possibilidades orçamentárias e as formas de  
303 viabilizar esse apoio, destacando que qualquer decisão precisaria passar por  
304 uma nova rodada de discussões com a Secretaria da Fazenda (Sefaz), para  
305 determinar as possibilidades reais dentro do orçamento do estado. Destacou a  
306 importância de envolver a Sefaz nesse processo, para garantir que as metas e  
307 ações planejadas possam ser viáveis financeiramente, sem prometer algo que  
308 não seria possível cumprir devido a limitações orçamentárias. Ele sugeriu que,  
309 após definir as propostas, uma segunda rodada de conversas com a Sefaz seria  
310 necessária para ouvir suas contribuições e ajustar as propostas conforme  
311 necessário. **O conselheiro Bjarne Furtado** levantou uma dúvida sobre o comitê  
312 de Cultura, destacando a sua importância como uma rede composta por  
313 diferentes atores, incluindo organizações civis e particulares. Ele questionou se  
314 as pessoas e organizações que participam dessa rede são selecionadas por  
315 meio de editais públicos, fazendo referência ao caso do "Como é Cultural", que  
316 foi apresentado em uma reunião anterior e teve sua seleção feita por edital



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

317 público. Ele pediu mais informações sobre o status dessa questão, esperando  
318 que Dr. Sérgio Cruz pudesse responder. A questão central levantada foi sobre  
319 os critérios de seleção e o processo de constituição dessa rede ou comitê, com  
320 o foco na transparência e na formalização da escolha dos participantes, através  
321 de processos como editais públicos. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que os comitês  
322 de cultura são uma ferramenta que o governo federal utilizou para envolver  
323 ONGs e outras entidades que trabalham com a cultura. Esses comitês são  
324 selecionados por meio de editais públicos e têm como objetivo fazer a  
325 interlocução entre a cultura federal, os municípios e o estado. Ele também  
326 mencionou que o apoio desses comitês seria dado pelo Ministério da Cultura  
327 (MinC), por meio de seu escritório. Essa estrutura é projetada para facilitar a  
328 colaboração entre as diferentes esferas de governo e as entidades culturais,  
329 promovendo o diálogo e a implementação de políticas culturais de forma mais  
330 integrada. **O conselheiro Elson Rocha** compartilhou preocupações sobre o  
331 funcionamento do comitê de cultura em Manaus, alegando que não houve  
332 interação com o Conselho Estadual de Cultura nem com o Conselho Nacional.  
333 Ele mencionou que o comitê tem visitado os municípios, alegando estar  
334 realizando escutas da Lei Aldir Blanc, mas ele enfatizou que apenas os  
335 conselhos são autorizados a fazer essas escutas. De acordo com Elson, o comitê  
336 em Manaus tem agido de forma independente, sem consultar a sociedade ou os  
337 envolvidos na cultura, o que tem gerado incertezas sobre suas ações. Ele e a  
338 conselheira Lucimar Marques solicitaram uma pauta no Conselho Nacional para  
339 discutir a utilização dos comitês nos estados e a falta de clareza sobre suas  
340 atividades. Questiona a legitimidade das ações do comitê, já que, apesar de  
341 estar recebendo recursos, não há transparência sobre o que está sendo feito  
342 com eles, nem houve convocação da sociedade para participação nas decisões.  
343 Ele espera obter mais informações após a reunião agendada para o dia 3 de  
344 dezembro, com a intenção de esclarecer a finalidade e as funções dos comitês  
345 de cultura. **Dr. Sérgio Cruz** compartilhou sua perspectiva sobre os comitês de  
346 cultura, explicando que a função deles ainda não está completamente clara, mas  
347 que, conforme as normas, os comitês devem atuar como canais de comunicação  
348 entre a sociedade civil e o Ministério da Cultura (MinC). Ele explicou que os  
349 comitês podem participar das escutas da sociedade, mas não têm a autoridade  
350 para realizá-las. Sua função principal seria participar das reuniões do MinC, dos  
351 conselhos municipais e estaduais, e das reuniões setoriais, levando informações  
352 de volta à Central dos Comitês e disseminando informações de outros comitês.  
353 Ele também mencionou que a ideia por trás dos comitês é dar uma perspectiva  
354 da sociedade civil, enquanto o poder público tem uma visão mais institucional.  
355 Comparou o comitê a uma ONG que atua em conjunto com o governo para  
356 realizar suas funções, observando que o modelo de operação ainda não está



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

357 completamente consolidado e há uma "nebulosidade" sobre sua atuação.  
358 Também abordou a importância da transparência e da comunicação nos  
359 processos. Ele acredita que os comitês devem informar sua participação nas  
360 atividades e reuniões públicas. Além disso, ele afirmou que é fundamental que o  
361 Conselho Estadual de Cultura seja respeitado dentro do seu contexto e território,  
362 já que é o órgão deliberativo mais forte em nível estadual, com a função de  
363 coordenar as políticas culturais dentro do estado, respeitando, ao mesmo tempo,  
364 as competências dos conselhos municipais. A conversa também tocou em  
365 questões sobre a sobreposição de funções entre os conselhos e os comitês,  
366 destacando a necessidade de respeito mútuo entre as instituições para garantir  
367 que as funções de cada um sejam respeitadas e que todos trabalhem de maneira  
368 colaborativa. **Marcelo Dias** expressou sua preocupação sobre a falta de  
369 formalização na comunicação entre os comitês e outros entes envolvidos. Ele  
370 ressaltou a importância de que demandas sejam formalizadas por escrito, por  
371 meio de protocolos ou documentos, para que sejam analisadas e encaminhadas  
372 corretamente. Ele destacou que, embora a comunicação verbal seja importante,  
373 ela não pode ser a única forma de registrar as demandas, uma vez que, se não  
374 estiver documentada, a informação pode se perder ou não ser acompanhada  
375 adequadamente. Também explicou a estrutura do Ministério da Cultura no  
376 território, dividindo-o em uma "tríade": o escritório (como braço do MinC no  
377 território), os comitês de cultura (representando a sociedade civil) e os pontos  
378 culturais (pontos de articulação) com os agentes territoriais que atuam nas  
379 bases. Ele fez um alerta sobre a falha na comunicação, indicando que a ausência  
380 de formalismo e a falta de clareza nas demandas podem prejudicar a eficácia do  
381 trabalho. Ele também pontuou que o escritório do MinC não tem a função de  
382 fiscalizar os comitês, mas sim de acompanhar suas ações. O escritório atua  
383 como um complemento ao trabalho dos comitês, que têm um papel mais ligado  
384 à sociedade civil dentro da estrutura do Ministério. **Dr. Sérgio Cruz** fez uma  
385 reflexão sobre vários pontos relacionados à gestão do Conselho Estadual de  
386 Cultura e a sua estrutura financeira. Ele abordou a questão da dotação  
387 orçamentária própria para os conselhos e os riscos envolvidos, como a  
388 possibilidade de criar um sistema propenso ao nepotismo ou ao uso político dos  
389 cargos. Explicou que, segundo a normativa nacional, o custeio das despesas e  
390 a contratação de pessoal dos conselhos deve ser responsabilidade da Secretaria  
391 de Cultura ou do órgão competente, e não dos próprios conselhos, para evitar a  
392 politização dos cargos. Em relação à autonomia administrativa e financeira dos  
393 conselhos, apontou que a autonomia administrativa já existe, pois, os conselhos  
394 têm liberdade para tomar decisões dentro da sua estrutura, com apoio da equipe  
395 de secretários e membros administrativos. Ele também falou sobre a  
396 necessidade de revisões legislativas para garantir essa autonomia de maneira



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

397 formal, com alterações nas leis que regulam os conselhos, algo que já está  
398 sendo feito por uma comissão específica. Também mencionou que a  
399 representatividade nos conselhos é ampla, englobando diversas áreas técnicas,  
400 artísticas e culturais, e que a estrutura administrativa já permite uma certa  
401 liberdade de ação, com a consulta e feedback adequados entre as partes  
402 envolvidas. Ele reconheceu que sua visão é baseada na experiência atual, mas  
403 enfatizou que as perspectivas de outros membros da sociedade civil e do próprio  
404 conselho poderiam trazer diferentes abordagens sobre o tema. **Marcelo Dias**  
405 propôs uma alteração no foco das ações do Conselho Estadual de Cultura,  
406 sugerindo que o plano de reformulação seja tratado como uma "diretriz" e não  
407 apenas como uma ação. Ele explicou que, ao contrário de uma ação, que pode  
408 ser cumprida ou não, uma diretriz precisa ser executada, embora, claro, de  
409 acordo com a capacidade operacional do estado. Ele enfatizou a necessidade  
410 de uma transformação do Conselho, sugerindo que o nome do Conselho fosse  
411 modificado para "Conselho de Políticas Públicas Culturais do Estado do  
412 Amazonas", alinhando-o mais diretamente com a gestão de políticas culturais.  
413 Argumentou que a mudança de nome e foco para políticas públicas culturais  
414 refletiria melhor o papel do conselho na execução de diretrizes culturais no  
415 estado, destacando também a importância de uma revisão ou modificação do  
416 conselho como um todo. A proposta foi aceita, e a equipe do conselho concordou  
417 em incorporar essa mudança no plano, com a adição de um link ou nome  
418 relacionado à economia criativa, que ainda se manteria em consideração,  
419 conforme o foco atual. **A Conselheira Lucimar Marques** destacou que faz parte  
420 da comissão de reestruturação do Conselho Estadual de Cultura, mencionando  
421 que é a única mulher na comissão, que conta com quatro membros no total. Ela  
422 se colocou à disposição para receber demandas e sugestões, incentivando que  
423 as pessoas enviem qualquer demanda diretamente a ela. **Dr. Sérgio Cruz**  
424 questionou o motivo pelo qual o Conselho Estadual de Cultura ainda não alterou  
425 seu nome para "Conselho de Políticas Culturais do Amazonas". A resposta foi  
426 que o nome "Conselho Estadual de Cultura" está estabelecido na Constituição  
427 Estadual, o que impede uma mudança direta. No entanto, a Secretaria de Cultura  
428 já havia realizado consultas sobre como alterar a Constituição para permitir essa  
429 mudança. A comissão legislativa criada no Conselho Estadual de Cultura está  
430 analisando a questão, e a diretriz sobre essa alteração será colocada para  
431 aprovação no futuro. **Marcelo Dias** sugeriu que, dado que o nome do Conselho  
432 Estadual de Cultura está em processo de mudança, talvez seja o momento de  
433 também revisar a composição das cadeiras do conselho. Ele sugeriu que,  
434 aproveitando o ensejo, o Dr. Sérgio Cruz poderia, por meio de um decreto,  
435 realizar uma mudança mais ampla, incluindo a reestruturação das cadeiras. **Dr.**  
436 **Sérgio Cruz** explicou que todas as mudanças propostas, incluindo a alteração



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

437 das cadeiras e outras reestruturações, serão tratadas pela comissão  
438 responsável, que está analisando toda a situação. Propôs a institucionalização  
439 e democratização da participação dos municípios nas ações e eventos culturais  
440 do estado, com o estado atuando como facilitador junto ao Ministério da Cultura  
441 para atender às demandas culturais dos municípios. Outra proposta mencionada  
442 foi o desenvolvimento de estratégias de apoio para que os municípios criem seus  
443 próprios conselhos e fundos de cultura, devidamente constituídos e oficializados,  
444 a fim de dinamizar e desenvolver programas e projetos culturais. Também foi  
445 discutida a reformulação dos marcos legais nas esferas federal, estadual e  
446 municipal, embora isso tenha sido considerado similar a uma proposta anterior  
447 sobre as políticas culturais. **Marcelo Dias** explicou que a proposta sobre a  
448 participação dos municípios nas ações e eventos culturais do estado do  
449 Amazonas pode ser institucionalizada por meio da criação de um instrumento  
450 chamado CIB (Comissão Intergestores Bipartite). A CIB é uma comissão que  
451 permite o fortalecimento da colaboração entre os municípios e o estado,  
452 facilitando o atendimento das demandas culturais dentro do novo modelo do  
453 Sistema Nacional de Cultura. A proposta é que o estado atue como facilitador  
454 para que os municípios participem ativamente e de forma organizada nas  
455 políticas culturais. Dr. Sérgio Cruz abordou várias questões relacionadas à  
456 criação de ações dentro do Conselho Estadual de Cultura. Ele sugeriu a criação  
457 de uma comissão bipartite de intergestores, com o objetivo de melhorar a  
458 coordenação entre os municípios e o estado nas políticas culturais. Além disso,  
459 levantou a questão sobre a definição de "agente cultural", que gerou discussões  
460 devido à sua ambiguidade. A proposta foi criar um glossário para esclarecer o  
461 que caracteriza um agente cultural, ajudando a identificar melhor os envolvidos.  
462 Também foi discutida a revisão de termos e diretrizes do Conselho, com a  
463 sugestão de modificar seu nome para "Conselho de Políticas Públicas Culturais  
464 e Economia Criativa", para incluir de maneira mais clara a economia criativa nas  
465 ações culturais. Durante a reunião, foi aberto espaço para os participantes  
466 proporem ações, metas e estratégias relacionadas a essas questões, com o  
467 objetivo de implementar as mudanças discutidas. Sugeriu que as propostas e  
468 ideias fossem documentadas e que novas discussões ocorressem à medida que  
469 as propostas fossem amadurecendo. **Bjarne Furtado** fez uma reflexão sobre a  
470 gestão dos conselhos, trazendo a experiência de sua participação em outros  
471 conselhos e organismos de controle social, como o Conselho Estadual dos  
472 Direitos da Criança e do Adolescente. Ele mencionou a harmonização da  
473 estrutura desse conselho com o modelo nacional do CONANDA, que segue um  
474 sistema de gestão paritária, onde a sociedade civil e o poder público dividem a  
475 gestão de forma igualitária, com períodos alternados de 2 anos entre cada setor.  
476 Ele sugeriu que o Conselho Estadual de Cultura poderia considerar essa



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

477 abordagem ao discutir possíveis mudanças na legislação e estrutura do  
478 Conselho, destacando o princípio da paridade como fundamental na gestão de  
479 conselhos. Também observou que a participação de diferentes esferas de poder,  
480 como o legislativo e o judiciário, poderia afetar essa paridade, sugerindo que o  
481 legislativo, por exemplo, não deveria ter assento no Conselho de Cultura, a fim  
482 de manter o equilíbrio entre sociedade civil e governo. Ele terminou sua  
483 contribuição enfatizando que essa reflexão sobre a paridade deveria ser  
484 considerada na reestruturação do Conselho. **Dr. Sérgio Cruz** mencionou a  
485 construção do plano estadual de cultura, destacando que é importante que tanto  
486 a sociedade civil quanto o poder público participem ativamente deste processo,  
487 buscando uma comunicação eficaz entre as partes. Ele sugeriu que essa  
488 colaboração deve ser essencial para garantir que o plano seja efetivo e para  
489 engajar as partes envolvidas, tanto em nível de gestão quanto na realização das  
490 ações propostas. Ele também abordou a importância de dados e informações  
491 sobre os municípios, sugerindo que seria útil coletar dados sobre os artistas e as  
492 necessidades culturais em nível municipal. Essa coleta poderia ajudar a  
493 identificar os desafios e áreas que necessitam de apoio, como a documentação  
494 dos artistas locais, facilitando o acesso a políticas de apoio e financiamento.  
495 Também sugeriu que o controle social seja ampliado nos municípios, por meio  
496 da criação de conselhos e comitês culturais, promovendo maior participação da  
497 sociedade nas decisões relacionadas à cultura. Ele destacou a necessidade de  
498 uma plataforma ou sistema que permita um acompanhamento eficiente do  
499 estado das ações culturais e das demandas municipais, como a coleta de dados  
500 sobre os artistas e as iniciativas culturais existentes, para facilitar a orientação e  
501 o desenvolvimento de políticas culturais mais inclusivas. Explicou que a proposta  
502 2.1, que foi aprovada, trata de três pontos distintos relacionados à estruturação  
503 e ampliação do controle social na gestão cultural. A primeira parte da proposta  
504 sugere a criação de conselhos e comitês culturais em todos os municípios, ou  
505 seja, a intenção é garantir que exista uma estrutura de governança cultural que  
506 atenda às necessidades locais, de forma semelhante ao que está previsto na  
507 legislação federal. Ele fez a questão de esclarecer que, enquanto a legislação  
508 federal já estabelece a necessidade de comitês culturais, a proposta discutida  
509 se foca na implementação de uma estrutura prática que capacite os membros  
510 desses comitês e conselhos, promovendo um fortalecimento nas gestões  
511 culturais municipais. Dr. Sérgio observou que isso poderia ser realizado por meio  
512 de cooperação técnica, convênios ou até bolsas, para garantir a capacitação  
513 necessária aos gestores culturais municipais. Além disso, ele mencionou que a  
514 proposta de capacitação dos gestores culturais não está completamente clara, o  
515 que torna necessário um maior entendimento sobre o papel desses comitês e  
516 conselhos, o que ainda precisa ser discutido mais profundamente com os



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

517 delegados, já que participaram ativamente das discussões na conferência  
518 estadual. Isso ajudaria a garantir que as ações propostas sejam adequadas à  
519 realidade local e atendam aos objetivos de forma eficaz. A participação dos  
520 delegados, segundo ele, é fundamental para ajustar e definir os detalhes da  
521 implementação das ações que estão sendo discutidas, para que possam se  
522 tornar efetivas na prática. **Marcelo Dias** comentou sobre a proposta de criação  
523 de comitês culturais estaduais e municipais. Ele esclareceu que, durante a  
524 votação, a ideia original era instituir um comitê estadual, e ele sugeriu a criação  
525 também de comitês a nível municipal. No entanto, ele mencionou que os  
526 municípios não podem ser obrigados a criar esses comitês, ficando a decisão a  
527 cargo de cada ente municipal. Ele também destacou que a proposta foi votada  
528 com essa intenção, com a criação dos comitês em ambas as esferas sendo uma  
529 sugestão importante, mas não uma imposição. **Bjarne Lima Furtado** fez um  
530 comentário sobre a participação dos comitês nas reuniões dos conselhos e  
531 mencionou a importância da formação dentro desses comitês. Ele destacou que,  
532 além de estar presente nas discussões e estruturas, os comitês poderiam atuar  
533 em ações relacionadas à capacitação e ao desenvolvimento de suas funções.  
534 **Marcelo Dias** mencionou que, embora o governo federal tenha um programa de  
535 formação já instituído para os comitês, seria necessário que o estado e os  
536 municípios também instituíssem esse tipo de ação. **Bjarne Furtado** concordou,  
537 mas levantou a questão de como essa formação poderia ser institucionalizada,  
538 especialmente se os comitês ainda não estavam formalmente criados. **Marcelo**  
539 **Dias** indicou que seria necessário que o estado estadualizasse e os municípios  
540 municipalizassem essas ações, mas questionou a viabilidade disso, dado que  
541 nem mesmo a Secretaria, o Fundo e o Conselho estavam sendo devidamente  
542 instituídos. A conversa também abordou a dificuldade de obrigar os municípios  
543 a criarem comitês, já que isso dependeria da legislação estadual. No entanto, foi  
544 sugerido que, ao invés de uma imposição, esses comitês poderiam ser uma  
545 metodologia sugestiva, com a possibilidade de incluir recursos orçamentários  
546 para que no futuro os comitês possam ser efetivamente criados. **Dr. Sérgio Cruz**  
547 discutiu a possibilidade de criar comitês estaduais e regionais de cultura, como  
548 para o Alto Solimões, Baixo Amazonas, ou para a calha do rio Madeira. Ele  
549 mencionou que, para que essas normativas sejam criadas e implementadas,  
550 seria necessário envolver a Secretaria da Fazenda (Sefaz) para analisar a  
551 viabilidade financeira e jurídica da proposta. A Sefaz seria responsável por  
552 avaliar a possibilidade de alocar recursos orçamentários para a  
553 institucionalização desses comitês. Ele também comentou sobre a necessidade  
554 de uma pré-análise jurídica, mas afirmou que a decisão final sobre a viabilidade  
555 seria do setor jurídico. Além disso, enfatizou a importância de estabelecer ideias  
556 claras e propostas viáveis para a estruturação dos conselhos nos municípios,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

557 sugerindo que isso poderia ser feito por meio de cooperação técnica com os  
558 municípios para ajudá-los a criar esses conselhos. manteve a proposta de ter  
559 comitês em nível municipal, enquanto destacava a necessidade de uma  
560 estruturação formal, apesar de não ter autoridade para impor isso aos  
561 municípios. Ele sugeriu que essa estruturação fosse tratada como uma ação a  
562 ser implementada com o apoio da cooperação técnica. **Marcelo Dias** respondeu  
563 ao comentário sobre a criação de comitês municipais, afirmando que, embora  
564 seja viável analisar a criação de comitês municipais por meio de uma cooperação  
565 técnica com os municípios, não seria possível impor essa obrigação. Ele sugeriu  
566 que fosse feita uma avaliação da viabilidade de constituir comitês municipais,  
567 mas deixou claro que a imposição não seria uma alternativa, pois os municípios  
568 não podem ser obrigados a seguir essa diretriz. Ele concordou com a ideia de  
569 buscar apoio e viabilidade para a constituição dos comitês, mas sem o caráter  
570 obrigatório. **A conselheira Lucimar Marques** destacou que a intenção não é  
571 impor a responsabilidade. Ela fez uma referência às propostas que surgiram no  
572 âmbito nacional há algum tempo, mencionando que, apesar de não haver  
573 recursos disponíveis inicialmente, as propostas existiam. Com o tempo, a  
574 situação mudou, pois, a verba necessária acabou aparecendo, permitindo que  
575 essas propostas se tornassem viáveis. **Marcelo Dias** comentou que a proposta  
576 é sondar a viabilidade de implantação dos comitês de Cultura nos municípios e  
577 no estado. Ele reforçou que, quando houver recursos disponíveis, a  
578 implementação da proposta pode ser feita, deixando claro que se trata de uma  
579 ação a ser realizada assim que as condições forem favoráveis, incluindo a  
580 disponibilidade de verba. **Dr. Sérgio Cruz** enfatizou que, mesmo sem verba  
581 disponível no momento, é importante registrar as boas propostas e ideias,  
582 porque elas podem ser implementadas no futuro, quando os recursos estiverem  
583 disponíveis. Ele também destacou que, embora não se possa garantir uma  
584 execução imediata, a ideia pode ser mantida e revisitada ao longo dos próximos  
585 anos, talvez em 9 ou 10 anos, quando houver condições financeiras para realizá-  
586 la. Esse tipo de visão de longo prazo é importante para manter as propostas  
587 vivas e permitir que sejam incluídas em futuros planos, se necessário. **Dr.**  
588 **Sergio Cruz** discute a **cooperação técnica para a estruturação dos**  
589 **conselhos municipais de cultura**, que será organizada pela **Secretaria de**  
590 **Estado de Cultura (SEC)**. Ele enfatiza a necessidade de **estruturar essa ação**,  
591 destacando que a SEC será a responsável por coordenar o processo. **Marcelo**  
592 **Dias** mencionou, às 1 hora, 50 minutos e 59 segundos, que já haviam deixado  
593 isso encaminhado. Ele também afirmou que 5% da PNAB seriam destinados  
594 para a contratação de consultoria técnica para esse fim. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou  
595 a discussão sobre o item 1.2, que abordava a formação técnica certificada para



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

596 trabalhadores da cultura, além da criação e institucionalização de escolas de  
597 artes e saberes tradicionais nos municípios, por meio de legislação.

598 Ele também mencionou a cooperação técnica com as instituições de ensino  
599 superior, com a garantia de infraestrutura, equipamentos, instrumentos e  
600 capacitação contínua para gestores e para a produção artística e cultural. Em  
601 seguida, destacou que o item 1.2 abrange a capacitação para uma gestão eficaz  
602 e transversal, embora houvesse uma leve divergência em relação à proposta  
603 anterior, que mencionava a capacitação dos membros dos conselhos e comitês,  
604 enquanto o item 1.2 focava em outras abordagens de formação. Ele sugeriu uma  
605 alteração no termo "capacitação", orientando que fosse voltada para os  
606 conselheiros e ressaltou a importância da cooperação técnica para fortalecer as  
607 ações do CONEC. Também pediu que as propostas setoriais fossem  
608 disponibilizadas à equipe, para que pudessem ser analisadas e alinhadas com  
609 as ações em andamento. A reunião seguiu com discussões sobre como envolver  
610 todos os municípios em eventos culturais estaduais e nacionais, com foco na  
611 criação de políticas públicas para programas culturais sustentáveis e acessíveis,  
612 que refletissem a diversidade cultural do estado. Ele questionou como seriam  
613 implementados esses programas e destacou a importância de incentivar a  
614 participação ativa dos municípios. Também sugeriu que a cooperação fosse  
615 realizada por meio de convênios e fomento. A conversa abordou ainda o tema  
616 da economia criativa e o fomento ao empreendedorismo cultural, com a  
617 necessidade de criar programas para estimular a participação dos municípios em  
618 eventos culturais. Ele também mencionou a realização de eventos e concursos  
619 culturais, como o concurso de fanfarras e festivais, que incluíam municípios  
620 como Barcelos, conhecidos por sua participação em competições culturais. Por  
621 fim, concluiu que a reunião sobre o item 2.1 estava encerrada e informou que, à  
622 tarde, seria realizada uma nova reunião para discutir o item 2.2, dando  
623 continuidade às discussões. **Bjarne Furtado** levantou uma questão relacionada  
624 à Difusão Cultural. Ele perguntou se as propostas discutidas anteriormente,  
625 especialmente aquelas voltadas para a participação ativa dos municípios, não  
626 poderiam ser contempladas em editais específicos voltados para diferentes  
627 manifestações culturais. Ele sugeriu que, por exemplo, o grupo de fanfarras  
628 mencionado anteriormente por Sérgio, poderia participar de um concurso ou  
629 edital para divulgar seus resultados, mas questionou se haveria algum  
630 impedimento para isso. Em seguida, ele propôs que o edital fosse elaborado  
631 para contemplar a participação de eventos no estado, sem se limitar apenas à  
632 capital. A ideia era criar um edital específico para esses casos, para evitar  
633 qualquer confusão com outros editais que já estavam em funcionamento. **Dr.**  
634 **Sérgio Cruz** sugeriu a criação de um edital específico para a participação em



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

635 eventos culturais estaduais. Concordou com a proposta, destacando que a  
636 iniciativa se aplicaria a eventos dentro do estado. A proposta foi aceita e definida  
637 para dar continuidade. Informou que a reunião seria encerrada pela manhã, com  
638 a previsão de retomada às 13:00, para que os trabalhos pudessem ser  
639 desenvolvidos, pois às 16:00 as atividades no prédio seriam encerradas.  
640 Agradeceu a todos pela participação e pediu que estivessem presentes à tarde,  
641 destacando a necessidade de realizar os fechamentos necessários. Também  
642 mencionou que, para quem desejasse acompanhar pessoalmente, a comissão  
643 setorial estaria à disposição. **Dr. Sérgio Cruz** deu início a **reunião vespertina**  
644 cumprimentando todos e agradecendo pela presença. discutiu vários pontos e  
645 desafios relacionados à promoção e divulgação da cultura local. Foram  
646 destacadas as dificuldades que precisam ser superadas, como a necessidade  
647 de envolver a divulgação do governo do estado e estabelecer meios eficazes de  
648 comunicação. Foi mencionada a criação de diretrizes para apoiar as ações  
649 culturais, com foco nos canais do estado, que, embora não precisem de apoio  
650 direto, devem ser estruturados para facilitar a disseminação da cultura. A  
651 proposta de criar canais de comunicação interativos para deliberar agendas com  
652 os fazedores de cultura nos municípios também foi discutida. Outras propostas  
653 incluíam o desenvolvimento de uma plataforma nacional de festivais, com a  
654 divulgação do calendário e informações sobre eventos culturais, como história,  
655 duração e participantes. Também foi sugerido que a plataforma reunisse  
656 informações sobre diversos segmentos culturais de forma centralizada, tanto  
657 virtual quanto presencialmente. Também propôs criar um portal virtual para a  
658 divulgação de trabalhos culturais, com atenção especial aos municípios, além de  
659 calendarizar eventos como o Eco Festival do Peixe-Boi. Também foi discutida a  
660 criação de mecanismos de difusão artística, incluindo a promoção das  
661 expressões locais através das mídias oficiais. Foi abordada a importância de  
662 garantir que a riqueza cultural do estado seja reconhecida e apreciada,  
663 destacando o uso de plataformas como as redes sociais da Secretaria de Cultura  
664 (SEC). Enfatizou que a divulgação e a acessibilidade das informações precisam  
665 ser mais amplas, especialmente nos municípios, para garantir que o trabalho  
666 cultural chegue ao público. Em seguida, abriu para discussões, pedindo que os  
667 presentes fizessem comentários sobre as propostas. A reunião seguiu com uma  
668 discussão sobre como melhorar a estrutura de comunicação, especialmente  
669 para os artistas dos municípios, e como aprimorar a utilização dos portais da  
670 cultura para a divulgação de seus trabalhos. **Dr. Sérgio Cruz** estar discutindo a  
671 criação de um canal de comunicação mais eficiente entre os municípios e o  
672 estado, principalmente para facilitar a interação com o Conselho Estadual de  
673 Cultura (CONEC). Ele sugere que, ao invés de sobrecarregar a Secretaria de  
674 Cultura, os municípios poderiam desenvolver suas próprias estruturas de



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

675 comunicação, como secretarias municipais de cultura, para gerenciar e divulgar  
676 seus eventos locais, como festivais e trabalhos culturais. Além disso, a proposta  
677 do "portal virtual" visa dar visibilidade a projetos culturais, não apenas os  
678 apoiados diretamente pelo estado, mas também aqueles realizados nos  
679 municípios. Isso incluiria divulgar eventos locais nas mídias sociais do estado  
680 para ampliar o alcance e garantir que as informações cheguem aos públicos mais  
681 amplos, incluindo turistas. Ele menciona a importância de utilizar os canais de  
682 comunicação já existentes, como o portal da cultura e as plataformas de turismo,  
683 para integrar esses esforços e facilitar o acesso à cultura nas diferentes regiões  
684 do estado. A criação dessa estrutura de comunicação poderia também ajudar na  
685 gestão de recursos e na promoção de eventos culturais sem depender  
686 exclusivamente do apoio direto do estado, permitindo que as iniciativas  
687 municipais tenham maior autonomia. **O conselheiro Dudson Carvalho** está  
688 comentando sobre a ideia de tornar a divulgação cultural dos municípios parte  
689 obrigatória de um portal centralizado do estado. Ele sugere a criação de uma  
690 aba ou calendário dentro desse portal onde todas as atividades culturais dos  
691 municípios seriam divulgadas, criando um canal direto entre os fazedores de  
692 cultura e o estado. Ele destaca a dificuldade que alguns municípios enfrentam  
693 para divulgar seus eventos, muitas vezes por questões políticas ou falta de  
694 espaço. A proposta é que o sistema permita que esses eventos sejam divulgados  
695 oficialmente, através dos canais do estado, garantindo que iniciativas locais  
696 tenham mais visibilidade, independentemente de limitações locais. Também  
697 levanta a questão de a plataforma ter capacidade para receber e divulgar toda a  
698 quantidade de informações que podem ser geradas, considerando que há muitos  
699 eventos acontecendo simultaneamente, o que exigiria uma estrutura técnica  
700 robusta para acomodar e processar essas informações de forma eficiente. **Dr.**  
701 **Sérgio Cruz** aborda um ponto importante relacionado à criação de uma  
702 representatividade da juventude nas plataformas digitais, como blogs e redes  
703 sociais. Ele questiona como será estruturado esse trabalho, especialmente  
704 considerando que existem outras representatividades culturais além da  
705 juventude. Ele sugere que, em vez de o estado simplesmente receber material  
706 para divulgar, como nas propostas anteriores, a ideia seria oferecer ferramentas  
707 para que essas representações possam criar e divulgar seu próprio conteúdo de  
708 forma autônoma. Também destaca que a implementação de uma estrutura para  
709 esses blogs e mídias sociais voltados para diferentes áreas culturais ainda  
710 precisa ser bem definida, incluindo quem será responsável pela criação desses  
711 canais e qual será o foco de cada um. A intenção é garantir que as diferentes  
712 representações culturais tenham espaço para se expressar de maneira  
713 organizada e eficiente. Além disso, ele menciona que, embora essas propostas  
714 não tenham sido aprovadas na conferência estadual, elas podem ser adaptadas



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

715 para ações futuras, alinhadas com as propostas já aprovadas, a fim de criar um  
716 texto que abarque as ideias de maneira abrangente. Ele também faz uma breve  
717 pausa para esclarecer que, apesar das dificuldades técnicas da reunião, todos  
718 estão comprometidos em avançar nas discussões, como exemplificado pela  
719 importância de gerar visibilidade para os eventos culturais, com um apoio mais  
720 robusto das plataformas digitais do estado. **O conselheiro Roberto Sá** intervém  
721 destacando a necessidade de criação de mecanismos pela Secretaria de Cultura  
722 (SEC) que facilitem a busca por informações culturais, talvez de forma  
723 centralizada, mas sem sobrecarregar o sistema. Ele sugere que um meio termo  
724 seria interessante, no qual as pessoas pudessem procurar informações e se  
725 conectar com as iniciativas culturais de maneira organizada, sem que o sistema  
726 se tornasse excessivamente saturado ou difícil de gerenciar. Ele menciona que  
727 a SEC tem a função de organizar esse fluxo, especialmente pensando nas  
728 necessidades dos municípios, incluindo as capitais, que talvez precisem de mais  
729 suporte para estruturar e divulgar suas atividades culturais. A ideia é criar um  
730 sistema que seja funcional tanto para as cidades maiores quanto para as  
731 menores, facilitando a promoção e o acesso à cultura de forma eficiente.  
732 **Roberto Sá** conclui sua fala destacando que o estado deve apoiar os eventos e  
733 iniciativas culturais dentro de suas capacidades, sem exigir que todos sejam  
734 divulgados ou financiados de maneira uniforme. Ele menciona que eventos já  
735 consolidados, como a festa do boi-bumbá, possuem visibilidade natural e não  
736 necessitam de tanta intervenção, enquanto o estado deve fornecer uma  
737 infraestrutura de comunicação acessível para artistas e eventos menos  
738 conhecidos. Ele também enfatiza que a Secretaria de Cultura (SEC) pode criar  
739 mecanismos para ajudar os artistas a se conectarem diretamente com o público  
740 e com os canais de divulgação, mas que isso deve ser feito de forma viável e  
741 sem sobrecarregar o sistema. Ele observa que projetos particulares também têm  
742 suas próprias estruturas de comunicação e que a SEC deve focar em apoiar  
743 aqueles que não têm essa infraestrutura. **Glícia Cáuper** fez uma sugestão  
744 interessante para promover a divulgação de eventos culturais. Ela sugeriu que,  
745 além da centralização das informações, as prefeituras poderiam usar suas redes  
746 sociais para divulgar eventos culturais locais, com a possibilidade de parcerias  
747 colaborativas entre as prefeituras e influenciadores culturais. Esses  
748 influenciadores, que já possuem um público específico e engajado, poderiam  
749 ajudar a aumentar a visibilidade de eventos e iniciativas culturais. Ela  
750 exemplificou a ideia citando o Instagram "Petit Manaus", que foca em turismo,  
751 patrimônio histórico e museus, e sugeriu que eventos culturais, como  
752 exposições, poderiam se beneficiar de uma parceria com a prefeitura e  
753 influenciadores da área. Além disso, ela propôs que produtores culturais de  
754 nichos como a moda também poderiam se beneficiar dessa estratégia,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

755 colaborando com influenciadores locais relevantes para alcançar mais pessoas.  
756 A proposta visa aumentar a visibilidade dos eventos culturais, beneficiar os  
757 produtores com maior alcance e criar uma colaboração eficaz entre os setores  
758 público e privado, de forma acessível e eficaz para todos os envolvidos. **Dr.**  
759 **Sérgio Cruz** fez uma observação em relação à proposta de Glícia Cáuper sobre  
760 a divulgação de eventos culturais. Ele destacou que o objetivo do Plano Estadual  
761 de Cultura seria englobar a divulgação para todo o estado, não se limitando  
762 apenas às prefeituras ou municípios, mas abrangendo uma estratégia estadual.  
763 Para ilustrar, ele usou o exemplo de uma exposição que acontece em  
764 Manacapuru e ressaltou que o foco é criar um portal centralizado que possa  
765 divulgar eventos culturais em todo o estado, permitindo acesso universal à  
766 informação. No entanto, ele também reconheceu que a sugestão de usar outros  
767 canais, como influenciadores, poderia complementar a divulgação, ampliando  
768 ainda mais o alcance e eficácia da comunicação cultural, além dos canais  
769 tradicionais do governo. **Glícia Cáuper** reforçou a importância de utilizar  
770 influenciadores locais, como o Victor, que tem grande impacto no Amazonas,  
771 para ampliar a divulgação de eventos culturais. Ela apontou que, muitas vezes,  
772 canais tradicionais de comunicação não atingem certos públicos, pois eles  
773 consomem conteúdos diferentes dos oferecidos pela mídia convencional. Nesse  
774 sentido, ela sugeriu que uma parceria entre o governo e influenciadores nas  
775 redes sociais poderia ser uma solução eficaz. Ao criar um conteúdo colaborativo,  
776 como posts nas redes sociais do governo em parceria com influenciadores, seria  
777 possível alcançar mais pessoas de forma direcionada, especialmente aquelas  
778 que estão mais conectadas a influenciadores regionais, garantindo que a  
779 informação chegue ao público-alvo adequado. **Dr. Sérgio Cruz** menciona a  
780 necessidade de revisar a proposta e ajustar certas seções, como a inclusão de  
781 parcerias com influenciadores no item 2.2. Além disso, a ideia é estabelecer um  
782 canal centralizado de divulgação pública que alcance uma audiência mais ampla.  
783 A discussão sugere que, embora a sociedade em geral possa acessar esses  
784 canais, a forma como a informação é distribuída deve ser cuidadosamente  
785 planejada para alcançar os públicos certos. A estratégia parece envolver não  
786 apenas influenciadores, mas também uma estrutura mais organizada para a  
787 promoção de eventos culturais em um nível mais amplo, talvez envolvendo o  
788 Estado ou outros mecanismos oficiais. Essa parte da conversa mostra a tentativa  
789 de formalizar formas de divulgar a cultura de maneira mais ampla e eficiente,  
790 utilizando tanto canais tradicionais como influenciadores mais segmentados. **O**  
791 **conselheiro Roberto Sá** destaca que é essencial que a arte, como música e  
792 dança, se conecte com o público adequado, cada um em sua área de interesse.  
793 Ele sugere que a promoção de eventos culturais deve ser personalizada, indo  
794 além das formas tradicionais de divulgação, para garantir que as diferentes



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

795 manifestações culturais encontrem seu público-alvo. A ênfase está em garantir  
796 que o produtor cultural tenha os meios necessários para facilitar essa  
797 comunicação, apontando a dificuldade desse processo, especialmente para os  
798 produtores menores. O discurso também reflete uma preocupação com a  
799 necessidade de uma estrutura que permita atingir o máximo de público possível,  
800 facilitando o acesso e promovendo a diversidade de atividades culturais. A  
801 dificuldade, no entanto, reside nas barreiras que os produtores culturais  
802 enfrentam para se conectar com esses públicos, mesmo quando existem  
803 mecanismos para fazer isso. A proposta parece ser a de garantir que todos esses  
804 recursos e canais de divulgação sejam acessíveis e eficientes, facilitando o  
805 trabalho dos produtores. **Dr. Sergio Cruz** perguntou se seria então, a divulgação  
806 conjunta, colaborativa. **A conselheira Jordânia Galdino** faz uma referência ao  
807 grupo "Zezinho com o Carrapicho", que se destacou internacionalmente,  
808 especialmente após sua participação no Forró Internacional. Ela destaca como,  
809 antes de sua visibilidade fora do Brasil, o grupo era praticamente desconhecido,  
810 mas, ao conquistarem sucesso no exterior, se tornaram famosos. Esse exemplo  
811 ilustra como a divulgação e o apoio a projetos culturais podem transformar  
812 artistas e grupos, tornando-os reconhecidos em nível global, apesar de um  
813 começo com pouca notoriedade. **Roberto Sá** compartilha uma história que  
814 ilustra como a divulgação e o apoio estratégico são cruciais para o sucesso de  
815 artistas e grupos. Ele faz referência ao caso de Zezinho com o Carrapicho, que,  
816 apesar de ser inicialmente desconhecido, obteve grande sucesso internacional  
817 após a divulgação de sua música na França. A história destaca como a  
818 visibilidade adequada e a colaboração com empresários, como o caso de  
819 Santana, ajudaram o grupo a se tornar um sucesso global, mesmo sem o uso de  
820 internet ou outros meios modernos de promoção na época. A mensagem final  
821 enfatiza que "a divulgação é a alma" do sucesso de qualquer artista ou projeto  
822 cultural. **A conselheira Jordânia Galdino** faz uma referência a uma mulher do  
823 Amazonas, possivelmente uma influenciadora ou personalidade local que tem se  
824 destacado ao mostrar o trabalho e a força da moda no estado. Ela destaca que  
825 essa pessoa, que no passado foi delegada, conseguiu levar o Amazonas e suas  
826 raízes para o cenário nacional, promovendo a moda local e mostrando que há  
827 pessoas no estado criando e produzindo com grande qualidade. A reflexão  
828 parece enfatizar a importância de mostrar e divulgar o que é feito no Amazonas,  
829 promovendo a cultura e as tradições do Norte. **O conselheiro Roberto Sá** fala  
830 sobre a riqueza e o potencial da Amazônia, destacando a vasta área do território,  
831 sua biodiversidade e os recursos minerais que ainda estão por explorar. Ele  
832 menciona o fato de que apenas 10% da Amazônia é utilizada, enquanto o  
833 restante continua sendo uma "mata virgem". Roberto também alerta para o risco  
834 de exploração irresponsável da região, destacando como o governo tem liberado



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

835 áreas para mineração, o que pode ter consequências ambientais graves. Ele  
836 enfatiza a importância de explorar esses recursos de forma sustentável,  
837 sugerindo que, se o Brasil não tomar uma postura mais responsável, o futuro da  
838 Amazônia poderá ser comprometido. Além disso, ele sugere que a exploração  
839 da região deve ser balanceada com a necessidade de reflorestamento e  
840 preservação, pois a Amazônia é um patrimônio valioso, não só para o Brasil, mas  
841 para o mundo. **Dr. Sérgio Cruz** levantou uma questão sobre a comunicação e  
842 divulgação de propostas ou projetos no contexto do trabalho de um dos  
843 participantes. Ele parece estar discutindo a implementação de estratégias de  
844 comunicação mais eficazes, especialmente para atender a demandas do interior  
845 e superar as dificuldades relacionadas a isso. Ele propõe uma reflexão sobre  
846 como criar ações para lidar com essas dificuldades e garantir que as  
847 necessidades da sociedade sejam atendidas. Ao questionar sobre a percepção  
848 de dificuldades e como isso afeta a situação de divulgação, ele está buscando  
849 soluções para tornar mais acessível e eficiente a forma de atingir o público,  
850 inclusive fora dos grandes centros urbanos. **O Conselheiro Paulo Holanda**  
851 compartilhou uma experiência pessoal sobre as dificuldades de divulgação e o  
852 desafio de integrar a cultura local com a educação ocidental. Ele mencionou sua  
853 exposição no Palacete e as dificuldades enfrentadas para promover o evento,  
854 especialmente em relação à dinamização da cultura dentro da prefeitura. Ele  
855 também destacou a importância de uma comunicação eficaz e a necessidade de  
856 pensar em soluções criativas para a divulgação. Além disso, Paulo relatou um  
857 caso em que a Unicamp levou seu vestibular para a região do Alto Rio Negro,  
858 em São Gabriel da Cachoeira, e como isso afetou a dinâmica local,  
859 especialmente para as famílias indígenas. Ele descreveu o impacto da educação  
860 ocidental sobre esses povos, ressaltando que nem todos desejam ou  
861 conseguem se integrar plenamente à cultura urbana. O caso de Dona Nazária,  
862 que teve seus filhos estudando fora, mas depois viu um distanciamento de suas  
863 raízes culturais, exemplifica esse dilema. Ele conclui que, embora a educação  
864 superior possa ser vista como uma solução para os desafios enfrentados pelas  
865 comunidades indígenas, ela muitas vezes não resolve os problemas culturais e  
866 econômicos, e às vezes até afasta as pessoas de suas origens. **O conselheiro**  
867 **Roberto Sá** compartilhou uma experiência significativa relacionada à  
868 convivência com povos indígenas na região amazônica, com uma abordagem  
869 reflexiva sobre as culturas e as interações entre elas. Ele mencionou que  
870 conhece bem os povos indígenas de diversas partes da Amazônia, como Amapá  
871 e Porto Velho, e que, ao interagir com essas comunidades, percebeu a  
872 importância de respeitar suas tradições e formas de organização, que nem  
873 sempre se alinham com o modelo ocidental de cooperativismo e  
874 desenvolvimento. Relatou uma situação que aconteceu em uma aldeia, onde ele



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

875 e seus companheiros de viagem foram recebidos com um almoço simples, típico  
876 da região: peixe assado, farinha e pimenta. A convivência, ao mesmo tempo que  
877 foi um momento de aprendizado cultural, também gerou uma reflexão sobre o  
878 modo de vida coletivo dessas comunidades. Um episódio marcante foi quando  
879 ele, ainda fumante, foi observado por um indígena que, ao ver a carteira de  
880 cigarros de Roberto, a pegou e fez uma reflexão sobre a divisão e o  
881 compartilhamento dentro da comunidade. Essa cena ilustra a visão comunitária  
882 de muitos povos indígenas, onde o que é individual também se torna coletivo.  
883 Ele ainda destacou que, apesar de ter provado várias iguarias locais, como o  
884 jaraqui, pacu, sardinha e tucunaré, seu vínculo com a região e os costumes  
885 locais é profundo e imutável, indicando que ele nunca deixaria sua terra por  
886 nada. Ao final, sublinhou a importância de criar, apoiar e fomentar canais de  
887 comunicação e diálogo eficazes entre diferentes culturas, enfatizando que essa  
888 troca é essencial para o entendimento mútuo e o respeito à diversidade. Essa  
889 narrativa reflete a complexidade das relações culturais e o desafio de encontrar  
890 pontos de convergência entre as formas de vida tradicionais e os modelos de  
891 desenvolvimento externos. **Dr. Sérgio Cruz** destacou um ponto crucial: a  
892 comunicação precisa ser mais do que um simples ato de transmitir informações;  
893 é preciso garantir que a mensagem seja compreendida de maneira eficaz,  
894 especialmente em contextos locais e distantes, como as comunidades do  
895 interior. A questão da falta de estrutura de comunicação com os artistas e as  
896 comunidades locais é uma barreira que impede o acesso igualitário às  
897 oportunidades, como editais e projetos culturais. Essa falha de comunicação  
898 pode ser agravada pela falta de canais de divulgação acessíveis ou pela falta de  
899 preparo nas formas de alcançar essas populações, que muitas vezes estão  
900 distantes dos centros urbanos e das redes formais de comunicação. A reflexão  
901 dele também se conecta à necessidade de criar soluções mais inclusivas e  
902 próximas da realidade das pessoas e das comunidades. Em vez de esperar que  
903 a informação chegue até elas de maneira passiva, é preciso pensar em  
904 estratégias ativas de comunicação que atendam às suas necessidades  
905 específicas, considerando tanto as limitações locais quanto as particularidades  
906 culturais. Isso pode envolver, por exemplo, o uso de mídias locais, rodas de  
907 conversa, e parcerias com lideranças comunitárias para promover maior  
908 participação e envolvimento. Essa é uma questão fundamental para garantir que  
909 as políticas públicas e as ações culturais tenham um impacto real, com um  
910 retorno efetivo para todos, independentemente de sua localização. **O**  
911 **conselheiro Dudson Carvalho** traz uma perspectiva crítica sobre as  
912 dificuldades da comunicação nos interiores, especialmente nas áreas mais  
913 afastadas, onde os meios de comunicação modernos, como a internet, ainda não  
914 são totalmente eficazes. Ele aponta que, na realidade das comunidades locais,



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

915 a comunicação continua sendo feita de forma precária, muitas vezes baseada  
916 no boca a boca, o que torna o processo de disseminação de informações muito  
917 lento e ineficiente. Também questiona a ideia de que soluções digitais podem  
918 resolver o problema de comunicação de forma abrangente, reconhecendo que  
919 muitos lugares ainda enfrentam desafios significativos em termos de  
920 infraestrutura, acesso à internet e capacitação digital. Nesse contexto, ele  
921 propõe uma reflexão sobre a necessidade de construir um novo modelo de  
922 comunicação, talvez intermediado por um órgão como o Conselho, que poderia  
923 atuar como mediador cultural, criando canais de comunicação mais eficazes e  
924 acessíveis para as comunidades. A crítica do conselheiro destaca a questão de  
925 que as políticas públicas e as oportunidades culturais muitas vezes atendem  
926 mais facilmente aqueles que já têm algum nível de acesso à informação, como  
927 grupos ou secretarias culturais que já atuam no interior. Ou seja, há uma  
928 necessidade de ir além desses grupos e atingir as comunidades mais distantes  
929 e com menos recursos. Ele sugere que, embora a solução não seja simples, é  
930 necessário criar um sistema que seja mais inclusivo e capaz de alcançar essas  
931 áreas remotas. Essa reflexão sobre os desafios da comunicação é importante  
932 para repensar as estratégias de inclusão cultural e de divulgação de projetos e  
933 editais, garantindo que as oportunidades cheguem de fato a todos os  
934 interessados, independentemente da sua localização ou acesso a tecnologias.  
935 **O conselheiro Paulo Holanda** chamou a atenção para a dimensão territorial do  
936 estado e os desafios que isso impõe à comunicação, especialmente no que diz  
937 respeito à mobilização e ao engajamento da classe artística nas regiões mais  
938 distantes. Ele destacou que, em muitas situações, a dificuldade de comunicação  
939 é tão grande que, se o responsável por transmitir as informações não tiver, por  
940 exemplo, o contato de WhatsApp da pessoa, a comunicação simplesmente não  
941 acontece. Ressaltou a importância de ferramentas comunitárias de  
942 disseminação de informações, como os "bocas de ferro" (sistemas tradicionais  
943 de comunicação oral em comunidades), que, em muitos casos, estão inativos ou  
944 não operam de forma eficiente. Ele observou que, na ausência desses meios ou  
945 de alternativas tecnológicas acessíveis, a tarefa de alcançar comunidades  
946 específicas se torna um grande desafio. Sua fala evidencia a necessidade de  
947 estratégias de comunicação mais robustas e adaptadas às condições do estado.  
948 É fundamental criar soluções que não dependam exclusivamente de tecnologias  
949 modernas, mas que considerem as peculiaridades locais, aproveitando sistemas  
950 já existentes ou criando novos canais que possam funcionar de forma eficaz,  
951 mesmo nas áreas mais remotas. O conselheiro reforça, assim, a urgência de se  
952 considerar a realidade logística e estrutural do estado ao planejar políticas e  
953 ações culturais, para que essas iniciativas não fiquem restritas às regiões que já  
954 têm melhor acesso à comunicação e informação. **O conselheiro Roberto Sá**



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

955 contribuiu com uma análise realista sobre a precariedade das infraestruturas de  
956 comunicação em muitas comunidades no interior do estado. **Paulo Holanda**  
957 ressaltou as dificuldades da comunicação nas comunidades do interior,  
958 apontando que muitas delas não possuem acesso à internet ou outras  
959 ferramentas modernas de conexão. Ele destacou que, mesmo em locais onde  
960 há acesso mínimo, como no caso do WhatsApp, as mensagens só chegam  
961 quando há sinal, o que não garante uma comunicação eficiente ou em tempo  
962 hábil. O conselheiro também expressou surpresa e preocupação ao constatar  
963 que a comunicação em várias regiões ainda depende amplamente de métodos  
964 tradicionais, como o "boca de ferro" e o "boca a boca", além de aplicações  
965 limitadas da tecnologia moderna. Diante disso, sugeriu uma solução mais prática  
966 e adaptada à realidade local: a criação de canais de comunicação físicos, como  
967 carros móveis de anúncio, que possam levar informações diretamente às  
968 comunidades. Ele propôs a estruturação de uma comunicação presencial e  
969 itinerante, que seja eficaz em alcançar pessoas nas áreas mais isoladas, onde a  
970 dependência exclusiva de ferramentas digitais é inviável. **O conselheiro**  
971 **Dudson Carvalho** trouxe uma contribuição prática ao debate sobre os desafios  
972 de comunicação no interior, sugerindo o uso estratégico das rádios locais e  
973 comunitárias como um canal de comunicação efetivo. Ele destacou que, nas  
974 comunidades do interior, é comum que informações sejam transmitidas por meio  
975 de rádios AM e FM, além dos sistemas comunitários conhecidos como "boca de  
976 ferro". Enviar comunicados diretamente para essas rádios poderia ser uma  
977 forma mais eficaz de alcançar as comunidades, especialmente em áreas onde o  
978 acesso à internet é limitado ou inexistente. Ele alertou para o risco de se criar  
979 um plano estadual que funcione em um "mundo perfeito" e desconectado da  
980 realidade local, enfatizando que o modelo ideal para o interior precisa considerar  
981 as condições reais de comunicação. Ele também propôs uma mudança de  
982 abordagem, rejeitando a dependência de tecnologias avançadas, como a  
983 Starlink, que ainda não são viáveis para grande parte das comunidades. Em vez  
984 disso, defendeu o uso de linguagens e meios de comunicação já familiares às  
985 populações locais, como as rádios e a transmissão de informações por  
986 conversas entre vizinhos. Reforçou que esses métodos ainda são a "Starlink" do  
987 interior, garantindo que os avisos e as mensagens cheguem de forma acessível  
988 e eficiente às cabeceiras e comunidades distantes. **O conselheiro Roberto Sá**  
989 questionou qual seria a melhor solução para superar os desafios de  
990 comunicação enfrentados nas comunidades do interior. Ele ressaltou a  
991 importância de propor ideias que sejam viáveis dentro da realidade dessas  
992 comunidades, e não a partir de perspectivas externas ou urbanas. Destacou que  
993 a abordagem deve levar em conta as especificidades locais, reconhecendo que  
994 as soluções práticas precisam atender às necessidades reais das pessoas que



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

995 vivem nessas áreas, onde o acesso à tecnologia e infraestrutura de comunicação  
996 é limitado. Sua fala reforça a necessidade de construir estratégias adaptadas à  
997 realidade das populações do interior, incluindo o uso de métodos tradicionais e  
998 eficazes, como as rádios comunitárias, os alto-falantes públicos ("boca de ferro")  
999 e as redes sociais locais. Além disso, ele sugere que qualquer proposta inserida  
1000 no plano estadual de cultura deve ser realista e alinhada às condições  
1001 específicas dessas comunidades, priorizando a inclusão e o alcance efetivo.  
1002 Esse enfoque é essencial para garantir que as políticas culturais e comunicativas  
1003 não fiquem restritas a uma visão centralizada, mas que realmente promovam o  
1004 diálogo e a participação das populações mais isoladas. **O conselheiro Paulo**  
1005 **Holanda** destacou a importância de se estruturar veículos de comunicação que  
1006 atendam áreas isoladas, como o uso de "bocas de ferro" (sistemas de som) em  
1007 municípios que não possuem rádios comunitárias. Em locais como Fonte Boa, a  
1008 comunicação se dá boca a boca, e as rádios locais, quando disponíveis, têm sido  
1009 um canal eficaz. Foi sugerida a instalação de totens digitais em áreas públicas,  
1010 como praças, para divulgar informações culturais de forma contínua e com  
1011 menor impacto ambiental. Totens poderiam ser alimentados por energia solar,  
1012 representando uma alternativa mais econômica e sustentável em longo prazo.  
1013 Uma proposta foi estabelecer parcerias com influenciadores digitais para  
1014 amplificar a divulgação de eventos culturais e expandir o alcance das  
1015 mensagens, especialmente nas redes sociais. Houve consenso sobre a  
1016 necessidade de organizar um calendário único para atividades culturais e  
1017 garantir sua ampla divulgação por diferentes canais, incluindo rádios  
1018 comunitárias e outros veículos adequados às especificidades de cada município.  
1019 A preservação da memória cultural por meio de arquivos impressos foi discutida,  
1020 com a sugestão de criar um núcleo de pesquisa dedicado ao estudo de jornais  
1021 históricos e sua digitalização. Apesar do avanço das mídias digitais, foi  
1022 enfatizado que os meios impressos ainda possuem relevância e valor  
1023 patrimonial. Foi sugerida uma lei que obrigue rádios e emissoras de TV a divulgar  
1024 expressões artísticas e culturais locais, similar às diretrizes de exibição de filmes  
1025 nacionais em cinemas, reguladas pela Ancine. A reunião evidenciou a  
1026 necessidade de maior estrutura e equipes dedicadas à implementação e  
1027 fiscalização dessas ações culturais. **O conselheiro Dudson Carvalho**  
1028 expressou sua opinião contrária à ideia de obrigar rádios particulares a divulgar  
1029 conteúdos culturais. Ele destacou que não considera viável impor essa  
1030 obrigação por meio de regulamentação, pois rádios privadas têm suas próprias  
1031 dinâmicas e interesses. Embora reconheça a importância de divulgar a cultura,  
1032 defendeu que essa ação deve ocorrer por meio de acordos e parcerias, em vez  
1033 de imposições legais. Segundo ele, a obrigatoriedade torna a proposta difícil de  
1034 ser implementada e pode gerar resistência. Na conversa entre **dr. Sergio Cruz,**



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1035 **Paulo Holanda, Roberto Sá e Jordania Galdino** discutiu-se a necessidade de  
1036 formar parcerias com prefeitos e autoridades locais para criar leis e acordos que  
1037 incentivem a participação dos municípios em eventos culturais estaduais e  
1038 nacionais. Essa colaboração deveria ser voluntária, sem imposições. Foi  
1039 enfatizada a importância de ampliar o controle social na gestão cultural do  
1040 Amazonas, por meio da estruturação dos conselhos e comitês culturais em todos  
1041 os municípios. A capacitação de membros desses conselhos é essencial para  
1042 garantir uma gestão eficaz e transversal, promovendo a descentralização e  
1043 democratização da cultura. Uma das ações propostas foi a capacitação dos  
1044 membros dos conselhos municipais. A capacitação pode ser realizada por meio  
1045 de bolsas de estudo, cooperação técnica ou outras estruturas. Além disso, a  
1046 criação de uma comissão da Secretaria de Cultura foi sugerida para levar esses  
1047 cursos de capacitação para os municípios. Foi sugerido criar comissões  
1048 intergestores bipartite, compostas por representantes dos municípios e do  
1049 estado. Essas comissões ajudariam a estreitar a colaboração entre os diferentes  
1050 níveis de governo. A proposta é expandir o atual modelo de fórum, que envolve  
1051 apenas secretários de cultura municipais, para incluir também representantes da  
1052 sociedade civil. A criação de comissões tripartites também foi discutida. Essas  
1053 comissões envolveriam os níveis federal, estadual e municipal, com o objetivo  
1054 de integrar melhor a gestão cultural. O modelo bipartite já existe, mas a ideia é  
1055 expandir para incluir uma dimensão federal, o que ainda está em processo de  
1056 implementação. Também foi proposto a coleta de dados sobre as atividades dos  
1057 conselhos municipais para avaliar se os planos de cultura estão sendo  
1058 efetivamente implementados. Isso ajudaria a acompanhar o progresso das  
1059 ações e identificar os municípios que necessitam de mais apoio. Uma ação  
1060 importante discutida foi a cooperação técnica para a estruturação dos conselhos  
1061 municipais. Isso envolve o levantamento de recursos e a criação de condições  
1062 para que os conselhos possam desempenhar suas funções de forma mais  
1063 eficiente. Também consideraram sondar a viabilidade de criar comitês estaduais.  
1064 Isso incluiria levantar questões de custo e financiamento para a implementação  
1065 desses comitês. No entanto, ainda não há uma decisão definitiva sobre essa  
1066 proposta, e seria necessário avaliar como financiar essas iniciativas. Outra  
1067 proposta relevante foi a criação de programas de formação técnica certificada  
1068 para trabalhadores da cultura. Isso incluiria a institucionalização de escolas de  
1069 arte nos municípios, com garantia de infraestrutura, equipamentos e capacitação  
1070 contínua para gestores culturais e para a produção artística. Além da formação  
1071 técnica, foi discutida a necessidade de criar escolas de arte e programas de  
1072 saberes tradicionais, com apoio da legislação e infraestrutura adequada, visando  
1073 fortalecer a cultura nos municípios. **Dr. Sérgio Cruz** inicia perguntando quanto  
1074 tempo será necessário para concluir as demandas, questionando qual é o



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1075 cronograma e o último dia da reunião. A conversa segue com a menção ao  
1076 número de municípios envolvidos e como as ações estão sendo tratadas.  
1077 Destaca que o processo se estende a longo prazo, uma vez que o Plano  
1078 Estadual de Cultura é de 10 anos. A discussão também menciona a necessidade  
1079 de cooperação técnica com municípios que enfrentam dificuldades. Há um  
1080 comentário sobre a falta de estrutura em alguns municípios, como a ausência de  
1081 secretarias de cultura, e a dificuldade que a política local pode trazer para a  
1082 implementação de ações culturais. Foi relatado que, em um município onde não  
1083 havia qualquer estrutura, o trabalho da equipe conseguiu avançar, incluindo a  
1084 realização de um cadastro de trabalhadores da cultura, com planos de  
1085 continuidade. Ressalta que, quando há vontade política, as coisas acontecem,  
1086 apesar das dificuldades. A conversa segue com o agendamento da próxima  
1087 reunião, marcada para o dia 26, com a expectativa de que novos avanços  
1088 ocorram até lá. Finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e informa  
1089 que a próxima reunião ocorrerá no dia 26, quando se iniciará o "eixo 3" da pauta.  
1090 Ele solicita que, se possível, todos leiam o material relacionado ao próximo tema  
1091 antes do encontro. Para garantir que todos estejam preparados, a equipe de  
1092 apoio se compromete a fazer um lembrete no dia 25.

## SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ

Mediador – 3ª Reunião da Comissão do PEC - II Etapa

### LISTA DE PRESENÇA

#### MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

##### De Forma Presencial:

1. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
2. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
3. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
4. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas

##### De Forma Remota:

5. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
6. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore E Carnaval;
7. Nivaldo Pereira Mota – Titular em exercício representante da Cadeira de Circo;



8. Priscila Sena De Souza – Titular Representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
9. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
10. Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;

## **CONVIDADOS:**

### **De Forma Remota:**

11. Geter Correa Cabral Filho – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas
12. Glícia Caroline Rocha Cáuper – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
13. Marcelo Campos Lucena Dias – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;

## **EQUIPE DE APOIO DO CONEC:**

### **Elaboração da Ata:**

14. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

### **Transcrição:**

15. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
16. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

### **Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:**

17. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
18. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa;
19. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

### **Tecnologia da Informação:**

20. Eduardo Farias de Souza – Estagiário Equipe CONEC.